



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

07 de Agosto 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/08/2014
Assunto: Leitura		Página: Online



PARA FORMAR LEITORES

Especialistas concordam que a influência da escola e dos professores é fundamental na formação de leitores

Fonte: Revista Profissão Mestre

A pequena Fernanda Tamaki, aluna do 4º ano do ensino fundamental do Colégio Santa Maria, de São Paulo (SP), leu no ano passado 83 livros, todos emprestados da biblioteca da escola. O motivo? “Eu gosto de ler porque imagino a história na minha cabeça como se fosse um filme de cinema”, diz Fernanda, que mantém o hábito ao ler um pouco sempre depois de realizar suas tarefas e demais obrigações. Com a popularização de aparelhos como smartphones, notebooks e tablets, casos como o de Fernanda são cada vez mais raros entre as crianças. Segundo a pesquisa Retratos da leitura no Brasil, feita pelo Instituto Pró-Livro (IPL) com o apoio do Instituto Brasileiro de Opinião e Pública e Estatística (Ibope), o número de leitores no Brasil caiu de 2007 para 2011, passando de 95,6 milhões para 88,2 milhões, respectivamente, o que, no caso de 2011, representa metade da população. Além disso, o hábito da leitura aparece apenas em sétimo lugar, atrás de assistir à televisão, escutar música e sair com amigos, por exemplo.

Para melhorar esse cenário, a escola e o professor desempenham papel fundamental. É nisso que acreditam vários especialistas ouvidos pela Profissão Mestre a respeito do tema. “As duas principais instituições responsáveis pela formação do leitor são a família e a escola. No entanto, sabemos que as famílias estão cada vez mais absorvidas pelo trabalho, em busca da sobrevivência. À noite, quando os pais chegam em casa, o seu tempo é mais uma vez sequestrado pela TV ou por outros afazeres. Sobram, às vezes, alguns poucos minutos para a leitura de algum livro com os filhos antes de dormir, mas é muito pouco”, afirma a escritora Maria Helena Zancan Frantz, mestre em Romanística pela Universidade de Münster (ALE) e ex-professora de Literatura da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). E completa: “A responsabilidade dessa tarefa, que precisaria ser dividida entre as duas instituições, fica, na maior parte das vezes, com a escola. Essa acaba sendo a única oportunidade que a criança tem para ingressar no mundo da leitura. E, se a escola falha, sobram poucas esperanças”. A opinião de Maria Helena é compartilhada pela professora Tamara Veras de Bittencourt, mestre em Educação e assessora pedagógica. “É na escola que a leitura pode ser orientada e conduzida por um leitor mais



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

experiente – o professor. As crianças e os adolescentes leem bastante, mas não é uma questão de quantidade apenas, e sim de qualidade: o que ler, como ler e o que fazer com a leitura”, afirma Tamara.

A professora critica a mudança de postura da escola conforme o aluno cresce: a leitura é parte importante do currículo no ensino infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, mas, a partir do 5º ano, a literatura vai sendo deixada de lado ou, como afirma Tamara, tem seu real objetivo distorcido. “A literatura como componente curricular a afasta de sua própria essência artística, porque é tratada como ciência, ou seja, há uma resposta certa para cada pergunta, há um resumo que explica detalhadamente a obra, deixando de fora a experiência estética, o prazer de compreender, de descobrir e descobrir-se com base na leitura de uma obra”, considera. “O que se observa como prática nas aulas de Literatura, de escolas públicas e privadas, é a abordagem historicista das obras, que se sustenta em uma apresentação panorâmica da série literária, isto é, em uma sequência de movimentos literários ou estilos de época e dos principais autores e obras”, completa. Para Tamara, o recorrente tem sido a supervalorização da pseudocientificidade da disciplina, ensinada sob a perspectiva histórica que torna estática e dada a verdade que emana da obra literária, a ponto de já não ser mais necessária a sua leitura.

Interesse pela leitura

E como mudar essa situação e despertar nos alunos o interesse pela leitura? Tamara indica alguns passos que podem ser adotados para isso: “Dar novos objetivos à leitura, criar espaços de discussão, ter ótimos mediadores, tornar os livros mais acessíveis, criar atividades que complementem a leitura e que levem a novas experiências são possibilidades para atrair leitores”, diz a assessora pedagógica. Já a escritora Maria Helena acredita que a simples evolução da infraestrutura escolar deve auxiliar no incentivo à leitura. “A escola e a sociedade, até pouco tempo atrás, davam pouca importância ao assunto. Bibliotecas eram quase inexistentes nas escolas. A escola estava mais preocupada em trabalhar conteúdos. Muitas vezes, em vez de incentivar, apenas cobrava. Aí entravam as famosas fichas de leitura que, em vez de aproximar os alunos do livro, os afastavam cada vez mais”, adverte. E acrescenta: “Hoje a escola está mais bem preparada e investindo bastante na formação de leitores. As bibliotecas escolares e públicas têm recebido muitos incentivos do governo [federal]. O espaço está muito mais agradável (não é apenas um depósito de livros velhos) e o acervo está bastante rico e atualizado”. Apesar disso, o número de escolas com bibliotecas no País ainda é baixo – conforme os dados do Censo Escolar 2013, apenas 35% das escolas possuem biblioteca. Quando se trata de escolas da rede pública, o percentual é ainda menor: 29% (veja mais informações do levantamento no box).

A escritora acredita que o País ainda precisa criar mais oportunidades de leitura, uma vez que já conta com uma imensa gama de obras literárias disponíveis, de modo que todos – crianças, adolescentes e adultos – possam encontrar algum livro de sua preferência. “Nossa literatura infantojuvenil é uma das melhores do mundo. Temos grandes autores para o público adulto também. Além disso, dispomos de um universo bellissimo de obras traduzidas da literatura do mundo inteiro. Trata-se antes de oferecer



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

oportunidades de aproximação entre livro e leitor para que este se sinta atraído, conquistado pelo universo fantástico que a leitura oferece”, afirma a escritora. Tamara, por sua vez, defende tornar a experiência da leitura um hábito conjunto, e não um ato solitário. “Um bom incentivador para atrair leitores é tornar o livro o centro de um processo que aproxima pessoas, cria vínculos e permite interação, troca. Ou seja, tornar a atividade menos solitária e mais compartilhada. Isso pode ocorrer tanto na escola quanto em praças, livrarias, cafés, salas etc. Não precisa de um local específico, precisa ser um momento de encontro entre pessoas e dessas pessoas com a literatura”, esclarece a professora.

A opinião das especialistas é unânime quando se trata dos benefícios que a leitura traz para os alunos em suas vidas acadêmica e social. “Quem lê é mais informado, comete menos erros na escrita e tem experiências estéticas que ampliam horizontes. A leitura é também um caminho de integração do aluno com o seu meio social, e isso é ainda mais importante quando falamos das classes menos favorecidas economicamente”, afirma Tamara. Maria Helena concorda e relembra os ensinamentos de Lev Vygotsky, cientista bielo-russo falecido em 1934. “Aprendemos com Vygotsky que a linguagem desempenha o papel fundamental de mediadora na construção do conhecimento. Linguagem e pensamento caminham de mãos dadas. Quando falamos em linguagem, pensamos em leitura, oralidade e escrita. A sociedade em que vivemos é permeada pela escrita. A cultura do mundo moderno é letrada. Nela a palavra desempenha papel decisivo. Saber fazer uso de práticas de leitura e escrita e ter competência linguística são fundamentais para construir conhecimento e responder às exigências da sociedade contemporânea”.

Trabalho diferenciado

Esse trabalho de criar oportunidades de leitura em prol da melhoria do aprendizado dos alunos não surte efeito se não existir dedicação dos professores, em sala de aula, de utilizar a literatura em suas atividades. Para Rosângela Márcia Magalhães, mestre em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e coordenadora pedagógica do Centro Educacional de Ouro Preto (CEOP), “há muitas estratégias. Você pode, por exemplo, contar histórias, trabalhar os recontos, usar fantoches, fazer teatros. Nas escolas, há vários recursos, várias tecnologias, o livro mesmo é uma tecnologia, então deve partir mesmo do professor. A criança tem que imaginar, tem que desenvolver essas linguagens que a literatura infantil possibilita: a linguagem imagética, a musical, a corporal, por meio de teatros etc.”.

Para Tamara, que desenvolveu uma tese de mestrado sobre a escola e a formação de leitores, existem outras atividades potenciais. “Há muitas possibilidades de realizar a leitura em sala de aula”, sugere a educadora gaúcha (Confira dicas de atividades no box). Ela também destaca que os professores devem tomar cuidado especial durante as aulas em relação à transição de uma disciplina para outra. “Despertar a curiosidade para o assunto que será lido é importante, porque há um rompimento brusco na mudança de período. Estão fazendo cálculos durante uma hora e, em trinta segundos, estão lendo um texto sobre biomas. É possível cuidar dessa transição, preparar [o aluno] para o que vai ser trabalhado”, ressalta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Formação docente

As três educadoras apresentam visões diferentes em relação à formação dos professores. Para Tamara, “o que acontece na sala de aula é reflexo da formação dos professores, não é possível responsabilizá-los”. Ela prossegue: “Nós, professores, também lemos na faculdade para aprender os conteúdos sem que nos ensinem a melhor forma de fazer isso. Além disso, os cursos não ensinam os professores das mais variadas áreas do conhecimento a respeito da sua responsabilidade com a formação de leitores”. A formação continuada é vista por Rosângela como a principal alternativa para incrementar as competências e conhecer novas metodologias. “Hoje o professor tem que buscar conhecimento o tempo todo, e a formação continuada é o principal ponto. É pesquisar e trocar experiências com outros colegas, participar de encontros e oficinas para, com base nas trocas, elaborar estratégias e uma melhor prática situada”, afirma a educadora mineira.

A escritora Maria Helena destaca que a preocupação com a formação de leitores já está presente em muitas escolas. “Muitos eventos, como feiras de livros, encontros entre autor e leitores, são desenvolvidos nas escolas para fomentar o desejo de ler nas crianças e nos jovens. Tudo isso porque a escola percebe que investir na formação do leitor é cada dia mais necessário. Mesmo com os avanços tecnológicos, a leitura não se tornou dispensável; pelo contrário, ela ainda é uma tecnologia de ponta e sua importância se amplia, mesmo que com outros suportes. Ela continua sendo condição básica para a aprendizagem”, diz. A escritora aponta ainda qual é o principal obstáculo para que a formação de leitores possa ocorrer sem grandes problemas: “O maior entrave na formação de leitores continua sendo um professor não leitor”.

A Profissão Mestre destaca o trabalho que vem sendo desenvolvido em algumas escolas brasileiras, por meio de projetos que visam contribuir para a formação de leitores. Acompanhe a seguir.

Revolução por meio dos livros

Na comunidade rural de Arcos (MG), distante 210 quilômetros de Belo Horizonte (MG), uma iniciativa da Escola Municipal Laura Andrade tem mudado a rotina dos alunos e de seus pais. Desde 2008, a escola realiza o projeto Lendo em Família, cujo foco é incentivar a leitura não só nas crianças, mas também nas famílias dos alunos. “A escola dispunha de 15 volumes de um mesmo livro, A ilha perdida. Eu comecei a ler pedacinho por pedacinho com os alunos e eles gostaram muito. Pedi então para eles lerem o livro em casa com os pais, mas sem TV nem rádio ligados. Os pais gostaram, os alunos gostaram. Desde então, levamos os meninos para a biblioteca e eles escolhem os livros que quiserem. Eles fazem a eleição do livro, fazemos a compra dos exemplares e eles os levam para a casa”, explica Soraya Marcelino, que era professora em 2008 e, hoje, é a diretora da escola.

De acordo com Soraya, a atividade causou uma verdadeira revolução na comunidade. “Os alunos se apaixonaram por leitura. Criamos um laço de afetividade muito grande entre alunos e pais. Há casos de pais que são analfabetos e nossos alunos, nesses casos, fazem o trabalho inverso, eles leem para os pais. É um efeito muito bonito na comunidade”, afirma a educadora. A intenção agora é criar uma biblioteca itinerante



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

com os livros que já fizeram parte do projeto e levá-la para as diversas comunidades que a escola atende. “Vamos levar apresentações [sobre os livros], deixando algumas obras em cada comunidade e levando outras para as outras comunidades”, explica Soraya.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/08/2014
Assunto: Metodologias		Página: Online



TUTORIA PARA GESTORES, COORDENADORES E PROFESSORES

Conheça as vantagens dessa metodologia de formação continuada e de serviço que se apoia na observação da prática

Fonte: Revista Gestão Educacional

Realizar uma ação com sucesso, na escola ou em sala de aula, pode ser um passo relevante para a motivação de educadores da rede pública de ensino. Para que isso ocorra, a tutoria é uma das ferramentas indicadas. Segundo Patricia Mota Guedes, gerente de Educação da Fundação Itaú Social, o que se pode aprender com reformas educacionais de sucesso mundo afora é que a motivação dos profissionais da Educação é um componente relevante. “Costumamos falar somente em mudanças estruturais, plano de carreira, salário. Essas questões são importantes, mas o apoio à prática profissional é fundamental para que o educador se sinta fortalecido para atuar”, afirma. Fundamentada na observação da prática, a tutoria traz resultados que impactam o dia a dia da escola. Acompanhe a seguir as explicações de Patricia sobre o funcionamento desse método e os resultados que ele pode trazer.

O que é tutoria

Segundo Patricia Mota Guedes, da Fundação Itaú Social, a tutoria é uma metodologia de formação feita no dia a dia da escola, em que se acompanha a prática do profissional. “É uma metodologia de formação continuada e de serviço que se apoia na observação da prática, em ações modelares realizadas pelo tutor, em seções customizadas de planejamento e de feedback sobre as ações realizadas”, explica a especialista. Patricia ressalta que o tutor é um parceiro do profissional tutorado, um par que tem uma experiência prática significativa e que irá contribuir, colaborar e pensar com o tutorado para aprimorar a prática dele.

Motivação

Reformas educacionais de sucesso em todo o mundo mostram que a motivação do profissional da Educação é componente fundamental de um sistema de ensino de qualidade. O apoio à prática é essencial para que o educador sinta-se fortalecido para atuar, capaz de realizar estratégias e de colocar ações em prática. “O medo do novo e a resistência à mudança são vencidos quando o profissional consegue realizar uma ação com sucesso”, afirma Patricia. Um dos grandes desafios da educação, para a especialista, é fazer com que os reflexos da política pública educacional cheguem à



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

escola, à sala de aula e ao dia a dia do diretor e do professor. Ela acredita que a tutoria ajuda muito nessa aproximação.

Tutoria pedagógica

A tutoria pedagógica tem foco no gestor pedagógico da escola: o diretor ou o coordenador pedagógico. “Nesse caso, o tutor atuará observando e fazendo junto em alguns momentos, dependendo dos desafios que o tutorado traz, as rotinas de gestão pedagógica, as quais podem incluir desde planejamento com a equipe de coordenadores pedagógicos, planejamento e condução das reuniões de equipes de professores, até observação de sala de aula e feedback para professores, em uma perspectiva de colaborar para pensar junto e desenvolver estratégias para avançar em relação à aprendizagem dos alunos”, explica Patricia. O tutor também acompanhará a análise das avaliações externas e internas da escola, a leitura de dados, a observação de tendências e a identificação de grupos de alunos com dificuldades e estará atento para articular a proposta curricular e o projeto político-pedagógico da escola.

Tutoria de área

A tutoria de área tem foco no professor. Ela é realizada por um tutor com formação na área do tutorado ou, ainda, em áreas afins de conhecimento. Primeiramente, é feito um diagnóstico e, em seguida, um plano de formação. De acordo com Patricia, o tutor participará de seções individuais com o professor para planejamento de aula e práticas de ensino na sala de aula, em que o fator a ser observado será combinado previamente. “O tutor sempre entra na sala de aula como um parceiro do professor, para colaborar e, às vezes, realizar uma atividade com o professor e conhecer mais de perto os desafios daquela aula ou daquela turma”, ressalta a especialista. Serão abordados a gestão da sala de aula, o planejamento, os problemas de indisciplina, as dificuldades de concretizar a proposta curricular, as ações devolutivas etc.

Feedback

Depois de observar, sempre há uma seção de feedback, em que tutor e tutorado conversam sobre pontos de sucesso, problemas e possíveis estratégias para reverter dificuldades de aprendizagem, além de acompanhamento específico dos alunos em determinados conteúdos ou competências. Também é possível solicitar ao tutor sua participação para modelar uma atividade para a qual o tutorado ainda não tem confiança para aplicar. “Todas essas estratégias são combinadas e têm uma corresponsabilização para avançar. Isso porque se parte do princípio de que o tutor irá trabalhar para a autonomia do tutorado”, afirma Patricia.

Identificar pontos fortes

O tutor, por meio da observação das rotinas da escola, ajudará a identificar os avanços, os pontos fortes, as potencialidades muitas vezes não percebidas pelo tutorado. “Quando o tutor consegue mostrar, com evidências, os avanços, seja da sala de aula, seja de estratégias que o professor ou o gestor passou a dominar, o próprio tutorado se sente mais motivado”, destaca Patricia. Ela comenta que, por se pensar nas prioridades e nas urgências do dia a dia da escola, essas questões podem passar despercebidas. “Esse tipo de segundo olhar é muito importante”, frisa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Eixo estratégico

A tutoria é considerada um eixo estratégico em reformas educacionais realizadas com sucesso em todo o mundo: Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, bem como sistemas educacionais de países menos desenvolvidos, como África do Sul, Índia e Cingapura, que têm avançado nas últimas avaliações educacionais internacionais. No Brasil, programas de tutoria são desenvolvidos pela Fundação Itaú Social em parceria com redes estaduais de ensino em São Paulo, Goiás e, mais recentemente, Ceará. Ainda em Goiás, os municípios de Catalão, Goianésia e Trindade também estão adotando a tutoria. Patrícia lembra que o programa possibilita a identificação de profissionais com incrível potencial formador, para atuarem como tutores nas próprias redes de ensino, nas escolas ou nos órgãos regionais. “É uma forma interessante de ampliar a excelência, em que se pode compartilhar conhecimento com seus colegas, mas de forma estruturada, com base em uma metodologia e com apoio da rede de ensino”, observa.

Resultados

“O primeiro resultado da tutoria é a mudança na prática”, afirma Patrícia. Ela ressalta que esse é o foco da tutoria: trabalhar para gerar reflexão e ação na prática da escola e da sala de aula. “São observadas mudanças nas rotinas do diretor, do coordenador pedagógico e do professor, tanto na sala de aula como no planejamento, na capacidade de avaliação da aprendizagem dos alunos, entre outros aspectos”, elenca. Além da excelência, a tutoria atua em questões como a equidade na própria escola, com possibilidade de articular melhor os esforços para a redução do número de alunos que estão com baixo desempenho. Patrícia alerta que a tutoria precisa ser aplicada em conjunto com outras estratégias que envolvam proposta curricular, avaliações, padrões básicos, suporte de gestão etc.

+Na Web

A Fundação Itaú Social lançou, em maio, dois guias para auxiliar escolas e educadores na implantação de programas de tutoria. O material introduz o leitor nos princípios e nas estratégias da tutoria e traz relatos de experiências dos tutores e depoimentos de tutorados. A iniciativa visa inspirar gestores públicos a adotarem a metodologia como ponto central em suas reformas educacionais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/08/2014
Assunto: Investimentos		Página: Online



OPINIÃO: PARA ONDE VÃO OS 10% DA EDUCAÇÃO?

"Estados e municípios não têm dinheiro para enfrentar o contingente de aposentados que vem por aí", afirma João Batista Araujo e Oliveira

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Tornou-se natural esperar que políticos façam promessas, e não que as cumpram. No caso da Educação, o preço a pagar é alto, pois impede um debate qualificado sobre importantes questões, como a do salário dos Professores. A valer o que circula pela mídia, fiados nos presumidos 10% do PIB para o setor, alguns de nossos candidatos ao pleito de outubro prometem aos Professores aumentos significativos nos próximos anos. Nada mais justo e necessário. Mas há recursos para isso?

Hoje temos no Brasil mais de 2 milhões de Professores da Educação básica - cerca de 35% nas redes estaduais e 65%, nas municipais. Levando em conta os contratos de dupla jornada, é quase o dobro do que precisamos, tendo em vista que há apenas 1,5 milhão de turmas. E ainda temos a perspectiva de aumento de vagas na Educação infantil. Ao custo médio atual, essa conta gira em torno de R\$ 60 bilhões por ano, o que representa quase 3% do PIB.

Há, igualmente, uma conta de Professores inativos, que anda por volta de R\$ 30 bilhões/ano, cerca de 1,5% do PIB. Mesmo sem aumento de salários, nos próximos 15 anos essa conta vai para 2% do PIB. Para pagá-la não há dinheiro do Fundeb e na maioria dos Estados e municípios não existe um fundo de pensão, ou provisão especial, ou ainda recursos orçamentários próprios. Mais cedo ou mais tarde, Estados e municípios vão passar a conta para a viúva, que, por sua vez, tomará dinheiro dos contribuintes, se ainda houver o que deles tirar.

Pela legislação vigente, Professores aposentam-se com 25 anos de serviço, em média vivem outro tanto e, normalmente, recebem os mesmos benefícios e aumentos dos profissionais da ativa. Pelo andar da carruagem demográfica, e com um esforço de eficiência e racionalidade, poderíamos reduzir nosso plantel a um total máximo de 1,5 milhão de Professores da ativa. Nos próximos anos, portanto, poderemos ter um contingente aproximado de 1,5 milhão na ativa e igual total de aposentados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Suponhamos que, nos próximos anos, os governos aumentem em 50% o salário dos Professores e esse valor caiba dentro do valor do Fundeb. Isso representará um incremento de 1% do PIB na conta dos aposentados. Se o salário dos Professores da ativa dobrar, significará 2% em cima de uma conta que hoje já não fecha. A conclusão é simples: para melhorar os salários da categoria hoje atuante é preciso desenvolver políticas inovadoras e diversificadas que contemplem de forma diferenciada o contingente de ativos e inativos no presente e ambas as categorias no futuro. E isso não deverá ser feito a expensas das futuras gerações de crianças, como ocorre hoje.

A maneira simplista de lidar com esse tipo de questão é empurrá-la para debaixo do tapete, como se tem feito desde a Lei do Piso. Ou apelar para a retórica e dizer que basta vontade política, pois recursos não são problema. Político gosta muito de trocar pneu com o carro andando. Mas em Educação as coisas não funcionam assim. Se está claro que o futuro do País depende de Professores bem remunerados, é preciso um debate sério para decidir como resolver essa questão. E não é hipotecando metade dos presumidos novos recursos para pagar aposentados.

Sabemos que períodos eleitorais não são, por natureza, bons momentos para descer a detalhes e muito menos tomar medidas revolucionárias ou receitar remédios amargos. Nesse terreno não há Tiririca, se deixar como está, pior fica. Mas a ocasião permite ao menos pôr a discussão no prumo certo. E algumas provocações podem interessar àqueles que se dizem defensores dos interesses das crianças.

A primeira, portanto, que merece toda a atenção, é a dos recursos. Quem vai pagar a conta? Estados e municípios não têm dinheiro para enfrentar o contingente de aposentados que vem por aí. Quem promete isso não cumprirá se a equação ficar do jeito que está.

Segunda questão: Estados e municípios não podem continuar com as políticas e regras atuais relativas a tempo de serviço, horas de trabalho, fundos de pensão sem fundo. Mas essas regras dependem de iniciativas do Executivo ou do Congresso para mudar. Onde estão os interessados nos interesses das crianças? Alguém está disposto a rever o Plano Nacional de Educação e as ineficiências que ele se propõe a aumentar?

Terceiro, não há recursos para criar carreiras atrativas para os Professores de que precisamos e, ao mesmo tempo, repassar os mesmos benefícios para o atual plantel e para os inativos. É preciso propor políticas diferenciadas, regras de acesso e de transição. Só assim os governos farão justiça às futuras gerações. Alguém já fez as contas e andou pensando nisso?

Quarto, ao pensar em políticas diferenciadas e novas carreiras é preciso levar em conta a expansão do Ensino infantil, a expansão do Ensino em tempo integral e a viabilidade de novas formas de agrupamento de Alunos e formação de turmas em face das novas tecnologias. Também será necessário pensar em formas diferenciadas de acesso ao magistério e em carreiras diferenciadas e de duração determinada, como já se faz para serviços civis nas Forças Armadas. Se medidas como essas forem implementadas de forma consistente, a conta pode fechar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Crianças não votam. Criar carreiras atrativas para Professores e ao mesmo tempo fechar a conta são desafios para gente que pensa grande, para líderes políticos de grande envergadura. Esta pode ser uma excepcional oportunidade para governantes com visão de estadista transformarem limão em limonada. E também para Professores bem preparados e que se consideram mal remunerados terem acesso a carreiras interessantes.

O Brasil ainda não começou a verdadeira reforma educativa. É preciso dar o primeiro passo com a criação de carreiras para atrair e manter jovens talentos no magistério. Dos que estão hoje na corrida eleitoral, alguém se habilita a realizar um debate consequente?

João Batista Araujo Oliveira é presidente do Instituto Alfa e Beto



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/08/2014
Assunto: Educador Nota 10		Página: Online



SAEM OS DEZ FINALISTAS DO PRÊMIO EDUCADOR NOTA 10

Cerimônia de premiação será no dia 20 de outubro. Iniciativa premia as boas ideias de professores, orientadores e gestores

Fonte: G1

A 17ª edição do Prêmio Educador Nota 10, realizado pela Fundação Victor Civita, em parceria com a Globo e com a Fundação Roberto Marinho, divulgou nesta quarta-feira (6) a lista dos 10 educadores finalistas do concurso (veja nomes abaixo).

De um total de 3.500 inscritos, foram selecionados 50 dos quais saíram 20, e em seguida, os dez finalistas.

A cerimônia de premiação será no dia 20 de outubro. Na ocasião, um júri vai escolher, entre os dez vencedores, o Educador do Ano de 2014, que pode ser um professor ou um gestor - diretor escolar, coordenador pedagógico ou orientador educacional.

O prêmio tem como objetivo promover as iniciativas pedagógicas de professores, diretores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais de escolas públicas e particulares. São ideias que mostram a importância da aprendizagem de crianças e jovens e como despertar este prazer pelo conhecimento.

Ao todo mais de 3.500 inscrições de educadores de todo o país foram realizadas. A Região Sudeste foi a que registrou o maior número de inscritos: 1.596 participantes. O Estado com maior representatividade foi São Paulo (801), seguido por Minas Gerais (423), Rio de Janeiro (290) e Espírito Santo (82).

Para selecionar os ganhadores, a Fundação Victor Civita avaliou a adequação entre os objetivos, as ações desenvolvidas e as aprendizagens alcançadas pelos alunos.

No ano passado, a grande vencedora do prêmio foi a professora Elisângela Carolina Luciano, professora de Mogi Guaçu (SP), que desenvolveu um projeto de alfabetização com a turma de 1º ano na EMEF Adirce Cenedeze Caveanha em um mercado hortifruti. A turma dela analisou as placas que informavam o nome e o preço de frutas e legumes. Depois, pesquisou as informações nutricionais de cada um deles e escreveu, revisou e reescreveu novos textos até chegar ao produto final.

Veja quem são os dez finalistas:



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- 1) Ana Cláudia Santos
Língua Portuguesa – 6º ano
Trabalho “O povo conta”
Escola Estadual Padre Paulo
Santo Antônio do Monte – MG

- 2) Andréa de Fátima Dias Tambelli
Matemática – 2º ano
Trabalho “O trabalho com medidas”
Escola da Vila
São Paulo – SP

- 3) Angela Maria Vieira
História – 6º ano
Trabalho “Os Guardiões dos Sambaquis”
Escola Municipal Profª Maria Regina Leal
Joinville - SC

- 4) Emanuel Alves Leite
Arte – 9º ano
Trabalho “Lugar de circo é na escola”
Escola Estadual Profª Maria de Lourdes Bezerra
Macau – RN

- 5) Mara Elizabeth Mansani
Alfabetização – 1º ano
Trabalho “Escrevendo com Lengalenga”
EE Professora Laila Galep Sacker
Sorocaba – SP

- 6) Maria da Paz Melo
Arte – Multisseriada
Trabalho “O corpo como suporte do desenho”
EM Valéria Junqueira Paduan
Santa Rita do Sapucaí – MG

- 7) Marlene Garcia Alves
Matemática – 8º ano
Trabalho “Ser arquiteto por um dia”
Colégio Estadual do Ensino Médio e Fundamental Vale do Saber
Apucarana – PR

- 8) Monique Godoi Gomes Lescura
Geografia – 8º ano
Trabalho “Desastre natural: informar para prevenir”
EM CAIC
Lorena – SP



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

9) Paula Aparecida Sestari
Educação Infantil – Pré-escola
Trabalho “Baía da Babitonga: nosso berçário natural”
Centro de Educação Infantil Odorico Fortunato
Joinville – SC

10) Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros
Língua Portuguesa – 4º ano
Trabalho “As mil e uma noites”
EMEF Fabiano Alves de Freitas
Ituverava – SP



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 07/08/2014
Assunto: Punição		Página: Online



PUNIÇÃO NA ESCOLA: DOIS ARTIGOS SOBRE O TEMA

José Carlos Sturza de Moraes e Marcelo Aiquel opinam sobre os limites institucionais das escolas para punirem transgressões de regras

Fonte: Zero Hora (RS)

Nossa sociedade recém se ensaia para concluir a terceira década de reconquista de espaços democráticos. Estamos aprendendo que as instituições têm atribuições diversas e complementares, para ensinar códigos de vida em sociedade, desde nossas casas, em Escolas e em qualquer outro espaço social.

Nesse contexto, é atual e necessária a discussão em curso no Conselho Estadual de Educação sobre os limites institucionais de Escolas trabalharem com a violação as suas regras. Não há intromissão indevida. Escolas não têm e não podem ter autonomia para expulsar estudantes indisciplinados. Indisciplina, enquanto inadequação do estudante às normas Escolares, não pode gerar expulsão e sim ações pedagógicas, como a solução não violenta de conflitos, e administrativas no âmbito de cada Escola. E, quando necessário, o acionamento de outras políticas públicas e/ou áreas de conhecimento, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Unidades Básicas de Saúde, psicólogos etc.

Em casos de suspeita de maus tratos ou convivência indevida de pais/responsável, pode ser acionado o Conselho Tutelar. Situações de agressão física, contra profissionais da Educação ou outros estudantes podem demandar intervenção policial, do Ministério Público e da própria justiça – que pode ser instada a decidir de forma rápida sobre essas questões; desde eventual afastamento Escolar de alguém (expulsão) até, e inclusive, a responsabilização por prática de ato infracional (visto que, desde os 12 anos de idade, adolescentes já respondem por atos tipificados no Código Penal como crimes). E, portanto, não ficam impunes. Só que a “punição” não é tarefa da Escola. É de outros agentes sociais.

Estudantes com problemas de comportamento precisam de proteção e limites.

A Escola pode, com a família, realizar tal ação. Pode ter normas e sanções pedagógicas. Necessitando, seus dirigentes devem buscar parcerias, inclusive o Poder Judiciário, porque crianças e adolescentes não são problemas, mas podem ter



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

problemas e necessitar de apoio. E, por vezes, apoiar é evidenciar que existem regras sociais e qual o sentido dessas.

*JOSÉ CARLOS STURZA DE MORAES Professor e cientista social

Opinião: Educação sem poder?

A notícia é alarmante e muito preocupante!
O Conselho Estadual de Educação (CEED) analisa um parecer que tem por finalidade impedir, proibir, as direções das Escolas de aplicar punições aos Alunos que infringirem as regras disciplinares.

Ora, sem maior esforço, é fácil constatar que estamos diante de uma regra absurda, que, totalmente alheia ao princípio educacional, pretende tratar o transgressor com parcimônia, ao invés de dar-lhe uma punição exemplar.

Também, sem maior esforço, se pode concluir que tal medida será um incentivo indiscriminado à transgressão!

Após as Escolas assumirem o papel dignificante de se tornarem o braço de auxílio à Educação (inclusive comportamental) dos Alunos, ensinando-lhes – muitas vezes – uma disciplina que não recebem adequadamente nas suas casas, surge um parecer destinado a, literalmente, cortar as asas da Educação das Escolas.

Quando, para satisfazer as estatísticas, as Escolas já aprovam indiscriminadamente seus Alunos, independente da qualificação necessária para galgarem o degrau superior na hierarquia de conhecimento, agora passarão – se aprovado tal disparate – também a formar novos transgressores com a impunidade pretendida.

Esta impunidade que faz crescer os desvios de conduta ética e moral de uma sociedade passará a ter uma especialização na própria Escola.

O Brasil não precisa de mais “pós-graduados” em transgressão. Já os temos de sobra, em todos os níveis: desde os delinquentes que superlotam os presídios nacionais, até aqueles que mancham a ética com a corrupção desvairada que se espalhou pelos quatro cantos do país. Em todos os níveis e setores! Sejam públicos ou privados.

A ideia do parecer é que esses estudantes transgressores sejam “corrigidos” através de carinho e diálogo, inclusive com os familiares do infrator.

Se medidas utópicas como essa alcançassem realmente um resultado efetivo, bastaria um bom e pontual diálogo para resolver o gravíssimo (e praticamente insolúvel) problema do uso de drogas e suas consequências funestas.
Com a palavra, os estudiosos do comportamento humano.

*Advogado MARCELO AIQUEL



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Serviço

Data: 07/08/2014

Assunto: Educação

Página: 32

A NOTÍCIA



MANGUEZAL

Paula abordou o ecossistema da Babitonga com as crianças



FOTOS ROGERIO DA SILVA, SECOM

SAMBAQUIS

Angela levou alunos a mapearem áreas no Espinheiros e região

Professoras

PREMIADAS

Duas professoras de Joinville estão entre os dez vencedores do Prêmio Educador Nota 10 da Fundação Victor Civita. Angela Maria Vieira, da Escola Municipal Maria Regina Leal, do bairro Espinheiros, e Paula Aparecida Sestari, do Centro de Educação Infantil Odorico Fortunato, do bairro Aventureiro, foram premiadas pelos projetos que desenvolveram em suas escolas. Cada uma receberá um vale-presente de R\$ 15 mil, além de um

tablet e uma assinatura da revista *Nova Escola* ou *Gestão Escolar Digital*, do Grupo Abril. Durante a cerimônia de premiação, no dia 20 de outubro, em São Paulo, um júri vai escolher o Educador do Ano de 2014, entre os dez vencedores. O educador contemplado ganhará mais um vale-presente de R\$ 5 mil, e a escola onde o seu projeto foi desenvolvido também ganhará um vale-presente no mesmo valor.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 06/08/2014
Assunto: Artigo 170		Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

BOLSAS

Relatório do conselheiro Herneus de Naddal, do TCE, revela que em 2013 o governo não cumpriu nem 50% do pagamento das bolsas do artigo 170. E também apropriou-se de R\$ 23 milhões da Lei Júlio Garcia, que destinava percentual da receita para as Apaes de todo o Estado.